

ATA DA REUNIÃO NÚMERO 8/12 DO EXECUTIVO

REALIZADA NO DIA 19 DE ABRIL DE 2012

----- Aos dezanove dias de abril de dois mil e doze, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, realizou-se uma reunião da Câmara Municipal, sob a presidência de GIL NADAIS RESENDE DA FONSECA, e com a presença dos Srs. Vereadores, ELSA MARGARIDA DE MELO CORGA, MANUEL CORREIA MARQUES, JOÃO CARLOS GOMES CLEMENTE, CARLA JACINTA GARRUÇO DE ALMEIDA, e BRITO ANTÓNIO RODRIGUES SALVADOR. -----

-----Esteve presente para a secretariar, ANA CRISTINA MARTINS TOMÁS.-----

-----Eram nove horas e trinta minutos quando o Sr. Presidente declarou aberta a reunião -----

-----FALTAS-Foi deliberado, por unanimidade, justificar a falta dada pelo Sr. Vereador JORGE HENRIQUE FERNANDES DE ALMEIDA, que se encontra em Lisboa ao serviço do Município. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

-----INFORMAÇÕES A PRESTAR PELO SR. PRESIDENTE E SRS. VEREADORES
Principiando este ponto da Ordem de Trabalhos, o Sr. Presidente informou que foi com a maior das surpresas que recebeu a notícia de que o Ministério da Saúde já não iria fazer as projetadas obras no setor das urgências do Hospital de Águeda, acrescentando que se sente enganado, porque sempre lhe foi informado que as obras estavam pendentes da nomeação do Conselho de Administração, nunca tendo sido referido a questão de dificuldades financeiras, até porque, segundo sabe, as obras em questão são comparticipadas, por Fundos Europeus, no montante de 80% sendo encargo do Governo, apenas, os restantes 20% do seu custo. Além disso, acrescentou o Sr. Presidente, com esta decisão, o Governo não poupou qualquer importância porque, não sendo feitas as obras que estavam previstas, tem que ser gasto muito mais que o correspondente aos 20%, em pequenas obras e reparações, para que o setor das urgências possa continuar a funcionar, com o mínimo de condições tanto para os funcionários como para utentes. -----

Disse, ainda, o Sr. Presidente, que é lamentável que o governo tenha vindo a mentir, mas a Câmara não se irá conformar com a decisão, a Câmara está sempre do lado da resolução dos problemas e estará sempre disponível para que se encontre uma solução para a realização das obras. -----

A seguir, a Sra. Vereadora Carla Jacinta solicitou informações acerca do Lighting Living Lab, tendo o Sr. Presidente pormenorizados os projetos em curso no âmbito do

programa em apreço. -----
O Sr. Vereador Brito Salvador, que interveio a seguir, colocou algumas questões relacionadas com as informações escritas que lhe foram facultadas a seu pedido, nomeadamente acerca dos terrenos adquiridos para o Parque Empresarial do Casarão, tendo questionado, sobretudo, o que significava, a menção de “20%” que se encontrava associada a alguns dos prédios, tendo o Sr. Presidente comunicado que era indicativa da forma de negociação, em que o proprietário permutava o terreno por área já infra-estruturada.-----

----- Também o Sr. Vereador João Clemente deu explicações sobre as aquisições de terrenos efetuadas para o Parque empresarial do Casarão, apresentando uma carta topográfica onde se indicava os terrenos adquiridos e os que são, ainda, precisos adquirir, com menção das negociações em curso e do ponto de situação de cada uma.

-----Ouvidas as explicações, tanto do Sr. Presidente como do Sr. Vereador João Clemente, o Sr. Vereador Brito Salvador disse que aceita a verdade dos factos que lhe foram relatados, que não põe em causa, mas que é da opinião que todas as informações, sobre esta e outras matérias, fossem colocadas na página da Câmara na Internet, para que, havendo dúvidas, estas fossem dissipadas. -----

----- Prossequindo este ponto da Ordem de Trabalhos, o Sr. Presidente deu conhecimento das questões que o Sr. Vereador Brito Salvador tinha colocado e das informações que lhe foram dadas, aproveitando para informar o Executivo da situação de algumas obras em curso no município, nomeadamente, o antigo Posto de Turismo, o Jardim Conde Sucena e a Regeneração Urbana – Qualificação do Espaço Público da Cidade. -----

----- Por fim o Executivo tomou conhecimento das Declarações apresentadas pela Junta de Freguesia de Aguada de Cima, em cumprimento do disposto nas alíneas a) e b do nº 1 do artigo 15º da lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro -----

----- **ATA DA REUNIÃO ANTERIOR**-----

----- Na continuação dos trabalhos, foi aprovada por unanimidade, a Ata da reunião anterior, tendo-se dispensado a sua leitura, uma vez que foi disponibilizada aos Srs. Membros do Executivo, juntamente com a documentação referente a esta reunião.-----

-----De seguida, passou-se à análise e apreciação dos demais assuntos da Ordem do Dia, encontrando-se todos os documentos de suporte infra referidos, arquivados na Aplicação Informática, junto à Agenda da presente reunião.-----

----- **EDUCAÇÃO ESCOLAS**-----

-----**APOIO FINANCEIRO PARA AQUISIÇÃO DE TINTEIROS/TONNERS**-----

-----A seguir, a Câmara deliberou, por unanimidade, conceder, a cada um dos estabelecimentos de ensino que a seguir se mencionam, um subsídio no valor de

75,00€, destinado a compartilhar a aquisição de Tinteiros/Tonners, uma vez que quando foi desenvolvido o concurso para aquisição daqueles materiais escolares se previa o encerramento daqueles estabelecimentos escolares:-----

----- E.B. 1 de Castanheira do Vouga;-----

----- Sala de Apoio de Lomba; -----

----- (Proposta 173/12).-----

----- II ADITAMENTO AO PROTOCOLO DE TRANSPORTES ESCOLARES ENTRE A AUTARQUIA DE ÁGUEDA E O INSTITUTO DUARTE DE LEMOS -----

----- Prossequindo os trabalhos, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o II Aditamento ao Protocolo da realização dos transportes escolares, celebrado entre a Câmara Municipal e o Instituto Duarte Lemos, o qual se encontra arquivado na Aplicação Informática, junto à Agenda desta reunião (proposta 174/12);-----

----- **OBRAS MUNICIPAIS**-----

----- RECEÇÃO DEFINITIVA-----

-----Tendo sido vistoriada a totalidade da obra e verificando-se que a mesma se encontra concluída e na devida ordem, nenhuma observação havendo a fazer, não apresentado deficiências, indícios de ruína ou de falta de solidez pelas quais se deva responsabilizar a firma adjudicatária, a Câmara deliberou, por unanimidade, receber, definitivamente, a obra de “Reparação/Remodelação da Escola da Lomba ” e proceder à restituição de todos os depósitos de garantia, garantias bancárias ou quantias retidas como caução e diligenciar a extinção de outras cauções eventualmente existentes (proposta 175/12).-----

----- **JUNTAS DE FREGUESIA**-----

----- DELEGAÇÕES DE COMPETÊNCIAS-----

-----Seguidamente, a Câmara deliberou, por unanimidade, nos termos dos Protocolos que foram presentes e aprovados e se encontram arquivados na Aplicação Informática junto à Agenda desta reunião, e conforme previsto na alínea c) do nº 6 do artigo 64º e no artigo 66º da lei nº 169/99, de 18 de setembro, com a redação da lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro, delegar, nas Juntas de Freguesia que se mencionam, a execução das seguintes obras-----

----- JUNTA DE FREGUESIA DE LAMAS DO VOUGA – Pavimentação e arranjo de muros no acesso sul à Igreja de Lamas do Vouga (proposta 181/12).-----

----- JUNTA DE FREGUESIA DE CASTANHEIRA DO VOUGA – Obras de Remodelação e ampliação do Parque Fluvial da Redonda (proposta 182/12).-----

----- JUNTA DE FREGUESIA DE CASTANHEIRA DO VOUGA - Obras de Remodelação e ampliação do Parque Fluvial da Redonda (proposta 182/12).-----

----- JUNTA DE FREGUESIA DE TRAVASSÔ – Alargamento da Travessa Padre Euclides e Bairro dos Castanheiros (proposta 183/12);-----

----- JUNTA DE FREGUESIA DE SEGADÃES_– Alargamento da Rua da Escola e construção de muros e passeios (proposta 184/12);-----

----- JUNTA DE FREGUESIA DE ESPINHEL – Alargamento da Rua Principal de Espinhel (proposta 185/12);-----

----- JUNTA DE FREGUESIA DE MACINHATA DO VOUGA – Valorização Urbanística do Largo Nossa Senhora da Piedade (proposta 190/12);-----

----- JUNTA DE FREGUESIA DE FERMENTELOS – Largo da Nossa Senhora da Saúde / Pavimentação de passeios e valorização do Parque Infantil (proposta 186/12);--

JUNTA DE FREGUESIA DE AGUADA DE CIMA – Valorização da zona urbanística das envolventes aos cemitérios do Cabeço da Lama e de São Martinho e alargamento de vias na Freguesia (proposta 187/12);-----

----- JUNTA DE FREGUESIA DE MACIEIRA DE ALCÔBA – Empedramento da Rua da Professora (proposta 188/12) -----

----- JUNTA DE FREGUESIA DE RECARDÃES – Requalificação de arruamentos e drenagem de águas pluviais na Póvoa da Carvalha, Fujacos e Randam (proposta 189/12);-----

----- JUNTA DE FREGUESIA DE BARRÔ – Requalificação de arruamentos e espaços públicos (proposta 191/12);-----

----- **AÇÃO SOCIAL** -----

----- **ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE TAXAS** -----

----- De seguida, a Câmara deliberou, por unanimidade, nos termos do disposto no artigo 137º do Código do procedimento Administrativo, ratificar o despacho do Sr. Presidente, datado de 16 do corrente, que aprovou a isenção do pagamento da taxa referente a emissão de certidões, requerida por Jaime Manuel de Oliveira Soares Pinto (proposta 200/12). -----

----- **HORTAS DE ÁGUEDA** -----

----- **NORMAS DE ACESSO E UTILIZAÇÃO**-----

----- No prosseguimento dos trabalhos, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar as normas de Acesso e Utilização das Hortas de Águeda, de acordo com a proposta que foi presente e se encontra arquivada na Aplicação Informática, junto à Agenda desta reunião (proposta 204/12).-----

----- **AUTORIZAÇÃO GENÉRICA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS**-----

-----Analisada a proposta que foi presente e se encontra arquivada na Aplicação Informática, junto à Agenda desta reunião, a Câmara deliberou, por maioria com os

votos contra dos Srs. Vereadores Manuel Marques, Carla Jacinta e Brito Salvador, tendo o Sr. Presidente usado o seu Voto de Qualidade, o seguinte: -----

----- 1 – para efeitos do previsto no artigo 6º, nº 1, alínea c) da lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro, emitir autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais já efetuadas, a efetuar ou que produzam efeitos a partir de 22 de Fevereiro de 2012, que, cumulativamente:-----

----- a) Resultem de projetos ou ações constantes das Grandes Opções do Plano.-----

----- b) Os seus encargos não excedam o limite de €100.000,00 (cem mil euros) em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de três anos.-----

----- c) Respeitem as regras e procedimentos previstos na Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro, e cumpram os demais requisitos legais de realização de despesas.-----

----- 2 - Dos compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica, deverá ser dado conhecimento à assembleia, pela apresentação de listagem em todas as sessões ordinárias. -----

-----Tendo em vista a sua excecutoriedade, esta deliberação deverá ser presente à apreciação e decisão da Assembleia Municipal (proposta198/12). -----

----- Neste ponto da Ordem de Trabalhos, os Srs. Vereadores que votaram contra apresentaram a seguinte Declaração de Voto:-----

----- A Lei 8/2012 não se encontra regulamentada. Entendemos, como tal, ser precipitado deliberar a proposta apresentada por desconhecimento e falta de informação da aplicabilidade daquela Lei.-----

----- Foi sugerido a retirada do ponto da ordem de trabalhos o que não foi aceite. -----

----- Entendemos, pois, que em consciência não tenhamos elementos suficientes para poder concluir pelo âmbito de aplicação desta Lei e dos seus concretos efeitos.

-----Não estando em causa, em momento algum na decisão do nosso voto contra, que os poderes que a lei em referência atribui em especial aos municípios não seja corretamente aplicada pelo Executivo Municipal.” -----

-----**INVENTÁRIO DE TODOS OS BENS, DIREITOS E OBRIGAÇÕES PATRIMONIAIS E RESPECTIVA AVALIAÇÃO E DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS**-----

----- A seguir, foi presente ao Executivo, nos termos da alínea e) do nº 2 do artigo 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com a redação da Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, Inventário de Todos os Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais e Respetiva Avaliação e Documentos e Prestação de Contas, Referentes ao Ano de 2011.-----

----- Dando início à discussão deste ponto da Ordem de Trabalhos o Sr. Presidente e os Técnicos Municipais presentes fizeram uma resenha de todo o processo, abordando

cada um dos documentos presentes, tendo respondido, também, às dúvidas e questões que foram sendo postas pelos Srs. Vereadores.-----

----- Feito isto, o Sr. Presidente colocou o assunto a votação tendo-se verificado que o Executivo Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação e documentos e Prestação de Contas, referentes ao ano de 2011.-----

----- Esta deliberação, tendo em vista o cumprimento do disposto na alínea c) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com a redação da Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro será presente à próxima sessão da Assembleia Municipal.-----

----- **REVISÃO ORÇAMENTAL**-----

-----1ª REVISÃO ORÇAMENTAL PARA O ANO DE 2012-----

----- Na continuação dos trabalhos, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a 1ª Revisão Orçamental para o ano de 2012, conforme proposta que foi presente e se encontra arquivada na Aplicação Informática junto à Agenda desta reunião, cuja necessidade se consubstancia à inclusão do saldo de gerência do exercício anterior.

----- Tendo em vista o disposto na alínea b) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com a redação da Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, esta resolução será submetida à aprovação da Assembleia Municipal (proposta 205/12).-----

----- **ASSUNTOS URGENTES**-----

----- A seguir, o Sr. Presidente, dada a urgência de que se reveste o mesmo, propôs ao Executivo, nos termos do artigo 83.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, e na parte final do artigo 19.º do Código do Procedimento Administrativo, que se incluía na Ordem de Trabalhos desta reunião o assunto que se segue – tendo todos os Membros do Executivo considerado aceite a urgência, pelo que se passou, de imediato, à sua análise: -----

----- **OBRAS MUNICIPAIS**-----

----- ABERTURA DE CONCURSO PÚBLICO -----

----- Prosseguindo os trabalhos, a Câmara deliberou, por unanimidade, tendo em vista a proposta que foi presente, aprovar o Caderno de Encargos e respetivo Programa de Concurso para o fornecimento de gás natural a edifícios municipais, a partir da rede pública. Mais foi deliberado, relativamente a este assunto, proceder à abertura de concurso público, sem publicação internacional, nos termos previstos na alínea b) do nº 1 do artigo 20º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, com vista a dar cumprimento ao artigo 38º do referido Código, bem como constituir, desde já, o Júri do Procedimento, nos termos em que é

proposto, em quem são delegadas todas as competências necessárias à gestão do procedimento, designadamente:-----

----- Prestar esclarecimentos e proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento (artigo 50º);-----

----- Pronunciar-se sobre os erros e omissões identificados pelos interessados (artigo 61º);-----

----- Prorrogar o prazo fixado para apresentação das propostas (artigo 64º);-----

----- Classificar os documentos das propostas (artigo 66º);-----

----- Proceder à notificação do adjudicatário quanto à não apresentação dos documentos de habilitação e determinar eventual prorrogação do prazo para a entrega deles (números 2 e 3 do artigo 86º), (proposta 205/12);-----

----- Eram doze horas e trinta minutos quando o Sr. Presidente declarou a reunião encerrada, da qual para constar se lavrou a presente ata que eu, Ana Cristina Martins Tomás, Diretora do Departamento Administrativo e Financeiro, a redigi e subscrevo. -----



Lil Nadair